

OPINIÃO

DIÁLOGO INDETERMINADO

Josaphat Marinho

Aceitando o convite, Luiz Inácio Lula da Silva foi ao encontro do presidente da República, no Palácio da Alvorada. Declarou, depois, que foi um diálogo de "amenidades" e em "caráter pessoal". Terá sido? Em princípio, não deve ser estranhável o entendimento de um líder da oposição com o presidente. A democracia aperfeiçoa-se no diálogo dos contrários. O confronto de opiniões pode abrir caminho a soluções úteis e inovadoras. Conferindo impressões diferentes, o homem de governo encontra, não raro, a certeza procurada, nem sempre visível na conversa que apenas apóia e concorda.

Não está, pois, no encontro o motivo de apreciação crítica. O que desperta indagação é a falta de prévio conhecimento público e da situação concreta objeto de exame. A correção de Lula é notória, mas não deve ser exposta a riscos ilimitados. Pouco importa o local da reunião. Não modifica o quadro ter sido no Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente, e não no Palácio do Planalto, de despachos. Num como outro, o presidente da República está no exercício de suas funções e o visitante na posição de adversário qualificado. Se a reunião se verifica na intimidade da residência, e sem conhecimento público, como no caso, cresce a especulação, prejudicial ao convidado, sobretudo se se cuidou de amenidades ou generalidades.

Um líder de oposição, salvo em situação excepcional, justificável por si mesma, não deve manter entendimento sigiloso, ou sem prévia publicidade, com o chefe de Estado, e sem finalidade determinada. A opinião pública é naturalmente suspeitosa de tais reuniões, em surdina. Pergunta sobre que conversaram, realmente. Por que não o fizeram com prévia ciência da comunidade. Na crise de 1995, quando dois presidentes foram declarados impedidos, o general Lott, ministro da Guerra, manifestou intuito de conversar com o deputado Otávio Mangabeira, um alto representante da oposição. O experiente político baiano dispôs-se ao encontro, se fosse no Ministério da Guerra e previamente anunciado. O diálogo não se efetivou. A prudente atitude do deputado evitou um entendimento, que seria, de certo, muito explorado.

Nas atuais circunstâncias, embora a revelação de que foram tratados assuntos gerais, desde logo se passou a cogitar da participação do PT no novo Ministério. E os comentários no Congresso se repetiam, com disfarce que não ocultava o claro sentido de defesa de posições por parte dos aliados do governo. Certo é que, se se confirmar a participação, as declarações feitas sobre o entendimento não terão sido exatas. Se não se confirmar, o PT terá sido exposto numa perspectiva irreal, que o equiparárá a partidos ciosos de poder, sem observância de pro-



grama. De qualquer modo, a nitidez de procedimento da agremiação experimentará um abalo, lesivo de sua postura. Sem o querer, seguramente, Lula pode ter propiciado um equívoco.

O poder presidencial não terá prejuízo. Passará como de espírito aberto ao diálogo, e o provável ciúme de alguns de seus aliados será passageiro. A imagem de fragilidade dos partidos, porém, será agravada. Se o partido de tendências fortes terá caído no laço, não haverá recuperação para os que vivem sonhando com o poder, sem condi-

ções maiores. Grave é o fato porque a reabilitação dos partidos se impõe, como parte saliente da reforma política. Tratando-se de organismos destinados a formar e orientar a opinião pública e estruturar a vida política, fortalecê-los é exigência da ordem democrática. A democracia exige, cada dia mais, participação maior do povo nos atos da vida política. A renovação dos partidos, portanto, é essencial para a vitalidade do Estado e da sociedade. Uma das condições desse fortalecimento consiste na adesão dos partidos a programas, a planos

de ação, e não a governantes ou personalidades. Na medida em que uma aliança se faça em torno de diretrizes certas, consubstanciando a solução de problemas do interesse do povo, os partidos se credenciam ao respeito público. O PT e Lula têm imagem de seriedade, que merece ser preservada. E é de interesse do país que assim ocorra, para que se processe a renovação de crença geral na ação dos partidos, essencial à democracia.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia